


Criminalidade no Sector Turístico de Angola: Tendências, Factores Explicativos e Desafios para a Segurança Sustentável

Criminality in the Angolan Tourism Sector: Trends, Explanatory Factors and Challenges for Sustainable Security

Criminalidad en el Sector Turístico de Angola: Tendencias, Factores Explicativos y Desafios para la Seguridad Sostenible

Juan Rubén Herrera Masó


Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia, Angola

 <https://orcid.org/0000-0002-0259-0708>

Irene Garbey Monier

Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia, Angola


inegarb@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9890-9452>

 Juan Rubén Herrera Masó


, Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia, Angola,

 <https://orcid.org/0000-0002-0259-0708>

 Irene Garbey Monier

, Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia, Angola,

inegarb@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-9890-9452>

Periodicidade: Semestral

Recepção: 10 Setembro 2025

Aprovação: 10 Dezembro 2025

URL: <https://portal.amelica.org/amelijournal/860/8605530007/>



Resumo: O sector turístico angolano possui um potencial de crescimento significativo, suportado pela diversidade natural, cultural e pela aposta governamental na diversificação económica (Ministério da Cultura e Turismo, 2023). Contudo, a criminalidade — abrangendo desde delitos oportunistas contra turistas (furtos, assaltos) até fenómenos estruturais (tráfico de pessoas e corrupção) — emerge como o principal entrave à sua sustentabilidade. Este artigo tem como objectivo analisar as tendências criminais que afectam o turismo em Angola, identificar os seus factores explicativos e comparar o risco com padrões regionais e mundiais. Recorrendo a uma metodologia qualitativa baseada em análise documental, relatórios de segurança internacionais (U.S. Department of State, 2024; Foreign, Commonwealth & Development Office, 2024) e literatura académica, o estudo identifica as principais vulnerabilidades. Os resultados demonstram que a prevalência de crimes está intrinsecamente ligada a factores estruturais, como a desigualdade socioeconómica, a informalidade urbana e, criticamente, a frágil capacidade institucional (incluindo a ausência de dados criminais fiáveis e elevada corrupção), factores que elevam a percepção de risco e comprometem a confiança de visitantes e investidores estrangeiros. Conclui-se que a segurança turística requer uma intervenção integrada e multinível para o

desenvolvimento sustentável. São propostas recomendações operacionais para reforçar a segurança turística, incluindo a criação de uma Polícia Turística especializada e o aumento da transparência estatística.

Palavras-chave: Angola, Criminalidade Turística, Desenvolvimento Sustentável, Factores Estruturais, Segurança Turística.

Abstract: The Angolan tourism sector holds significant growth potential, supported by its natural and cultural diversity and the government's commitment to economic diversification (Ministério da Cultura e Turismo, 2023). However, criminality—ranging from opportunistic offenses against tourists (thefts, assaults) to structural phenomena (human trafficking and corruption)—emerges as the main impediment to its sustainability. This article aims to analyze the criminal trends affecting tourism in Angola, identify their explanatory factors, and compare the risk with regional and global patterns. Using a qualitative methodology based on documentary analysis, international security reports (U.S. Department of State, 2024; Foreign, Commonwealth & Development Office, 2024), and academic literature, the study identifies the main vulnerabilities. The results demonstrate that the crime prevalence is intrinsically linked to structural factors, such as socioeconomic inequality, urban informality, and, critically, fragile institutional capacity (including the lack of reliable criminal data and high corruption), factors that elevate risk perception and compromise the confidence of foreign visitors and investors. It is concluded that tourist security requires an integrated and multilevel intervention for sustainable development. Operational recommendations are proposed to strengthen tourist security, including the creation of a specialized Tourist Police and increased statistical transparency.

Keywords: Angola, Tourist Criminality, Sustainable Development, Structural Factors, Tourist Security.

Resumen: El sector turístico angoleño posee un potencial de crecimiento significativo, respaldado por su diversidad natural y cultural y la apuesta gubernamental por la diversificación económica (Ministério da Cultura e Turismo, 2023). No obstante, la criminalidad —que abarca desde delitos oportunistas contra turistas (hurtos, asaltos) hasta fenómenos estructurales (tráfico de personas y corrupción)— se erige como el principal obstáculo para su sostenibilidad. El objetivo de este artículo es analizar las tendencias criminales que afectan al turismo en Angola, identificar sus factores explicativos y comparar el riesgo con patrones regionales y mundiales. Mediante una metodología cualitativa basada en análisis documental, informes de seguridad internacionales (U.S. Department of State, 2024; Foreign, Commonwealth & Development Office, 2024) y literatura académica, el estudio identifica las principales vulnerabilidades. Los resultados demuestran que la prevalencia de los delitos está intrínsecamente ligada a factores estructurales, como la desigualdad socioeconómica, la informalidad urbana y, fundamentalmente, la frágil capacidad institucional (incluida la falta de datos criminales fiables y la alta corrupción), factores que elevan la percepción de riesgo y comprometen la confianza de visitantes e inversores extranjeros. Se concluye que la seguridad turística requiere una intervención integral y multinivel para el desarrollo sostenible. Se proponen recomendaciones operacionales para fortalecer la seguridad turística, incluida la creación de una Policía Turística especializada y el aumento de la transparencia estadística.

Palabras clave: Angola, Criminalidad Turística, Desarrollo Sostenible, Factores Estructurales, Seguridad Turística.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, Angola tem procurado diversificar a economia para além da dependência do petróleo, identificando o turismo como um sector estratégico para a sustentabilidade económica futura (Ministério da Cultura e Turismo, 2023). Com uma vasta costa, parques nacionais ricos em biodiversidade e um património cultural e histórico singular, o país possui recursos para atrair um fluxo crescente de visitantes internacionais. No entanto, o sucesso desta estratégia de diversificação está intrinsecamente ligado à percepção e à realidade da segurança no destino. Estudos internacionais indicam que a segurança é um factor decisivo na escolha do turista e na competitividade do destino (UNWTO, 2025).

A abordagem à criminalidade no sector turístico é enquadrada por um conjunto de obrigações internacionais. Fenómenos estruturais, como o tráfico de pessoas e o crime organizado, são alvo da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNODC, 2000). Paralelamente, a luta contra a corrupção, um factor que compromete gravemente a segurança nos serviços públicos e nas fronteiras, é regida pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNODC, 2003). Estas convenções impõem aos Estados-membros o dever de implementar medidas robustas de combate a crimes que, embora não sendo directamente contra o turista, afectam o clima de segurança e confiança do destino.

A criminalidade turística em Angola abrange desde furtos e assaltos até fenómenos estruturais, como o tráfico de pessoas e a corrupção, que afectam directamente a confiança de visitantes e investidores (UNODC, 2024; Transparency International, 2025). O país enfrenta desafios persistentes de governança, fragilidade institucional e informalidade urbana, que amplificam o risco para turistas.

Relatórios de segurança internacionais, como o Travel Advisory do U.S. Department of State (2024) e o Travel Advice do Foreign, Commonwealth & Development Office (2024), alertam consistentemente para um nível elevado de criminalidade em zonas urbanas angolanas, notavelmente em Luanda. As tipologias de crimes reportadas incluem furtos oportunistas, assaltos, burlas, fraudes e, ocasionalmente, incidentes violentos. A persistência destes alertas não só afecta o fluxo turístico como também impõe custos acrescidos aos operadores e investidores (seguros, segurança privada), criando um défice de reputação internacional difícil de mitigar. Assim, a presente investigação visa colmatar uma

lacuna de conhecimento essencial: compreender a natureza e os factores explicativos da criminalidade associada ao sector turístico angolano. Tal análise é fundamental para informar políticas públicas e programas de prevenção direccionados, garantindo que o potencial turístico do país se concretize de forma segura e sustentável.

A nível internacional, Angola continua classificada como Nível 2 – Reforçar a Cautela pelo U.S. Department of State (Junho de 2025), devido à criminalidade urbana, especialmente furtos em Luanda, e riscos à saúde. O Foreign, Commonwealth & Development Office (FCDO, Agosto de 2025) recomenda cautela adicional em Cabinda e Lunda Norte, citando sequestros e instabilidade local. Estes alertas afectam o comportamento dos turistas, das operadoras de viagem e das seguradoras, aumentando os custos operacionais e prejudicando a competitividade do país frente a destinos regionais como Namíbia, Cabo Verde, Ruanda e Tanzânia.

A literatura criminológica sugere que os destinos turísticos são vulneráveis quando há concentração de turistas com recursos visíveis, diferenciação socioeconómica entre residentes e visitantes e ausência de policiamento especializado (Brunt & Hambly, 1999; George, 2003; Pelfrey, 2007). A segurança turística constitui um pilar essencial do "triângulo da sustentabilidade do destino", que combina competitividade, qualidade e protecção (UNWTO, 2025).

A relação entre turismo e segurança é complexa e multidimensional, sendo a segurança um requisito básico para a viabilidade e competitividade de qualquer destino (UNWTO, 2025). A criminologia do turismo não só estuda o turista como vítima potencial, mas também o ambiente do destino como facilitador do crime.

METODOLOGIA

A metodologia adoptada neste estudo combina uma abordagem qualitativa, centrada na análise documental, com a triangulação de fontes secundárias, de modo a proporcionar uma compreensão abrangente das tendências criminais que impactam o sector turístico em Angola. A escolha desta abordagem justifica-se pela complexidade do fenómeno em análise, que envolve tanto crimes oportunistas, como furtos e assaltos contra turistas, quanto crimes estruturais, incluindo tráfico de pessoas, corrupção e outras formas de criminalidade organizada. A análise documental permite identificar padrões, factores explicativos e relações causais entre criminalidade,

percepção de risco e desenvolvimento turístico, sem depender exclusivamente de dados primários que, no contexto angolano, apresentam lacunas significativas.

A colecta e análise de dados foram conduzidas a partir de fontes internacionais confiáveis e recentes, que fornecem uma visão consolidada do contexto criminal e turístico global e regional. Entre essas fontes destacam-se os relatórios de *Travel advisories do U.S. Department of State* (Junho de 2025), que mantém Angola no Nível 2 – Reforçar a Cautela, com ênfase em furtos em Luanda, e os alertas do *Foreign, Commonwealth & Development Office – FCDO* (Agosto de 2025), que destacam a necessidade de precaução em Cabinda e Lunda Norte. Estes documentos fornecem informações detalhadas sobre a frequência e tipologia de crimes, bem como sobre os riscos específicos por região, permitindo situar Angola dentro de padrões comparativos globais.

Além disso, foram consultados dados da UNODC (2024), incluindo estatísticas sobre crimes transnacionais e estruturais, como tráfico de pessoas, violência urbana e corrupção. A inclusão desses dados possibilita uma análise crítica dos factores estruturais que influenciam a criminalidade no país e sua repercussão sobre o turismo. Complementarmente, o Índice de Percepção da Corrupção (CPI) da *Transparency International* (2024/2025) foi incorporado para avaliar o impacto da corrupção na confiança de turistas e investidores, destacando a fragilidade institucional como um elemento central na gestão do risco.

O estudo também integrou literatura científica recente, abordando tanto a criminologia aplicada ao turismo quanto análises de risco, governança e desenvolvimento sustentável. Foram examinados artigos académicos, relatórios de organizações internacionais e estudos de caso regionais que fornecem insights sobre práticas de mitigação de riscos e políticas de segurança turística. A revisão crítica dessas fontes permitiu consolidar informações dispersas e estabelecer conexões entre factores sociais, económicos e institucionais que influenciam a criminalidade no sector turístico.

Estes dados foram complementados por notícias verificáveis e por uma revisão exaustiva da literatura académica sobre a criminologia do turismo e factores de risco em contextos africanos (Hanson, 2020).

A análise dos dados seguiu uma lógica interpretativa, combinando descrição, categorização e comparação das informações colectadas. As tipologias de crime foram classificadas em crimes oportunistas, crimes estruturais e corrupção, permitindo identificar padrões de ocorrência, áreas mais vulneráveis e

factores determinantes da percepção de risco. Ao mesmo tempo, a triangulação de fontes internacionais, nacionais e académicas proporcionou validação cruzada, aumentando a confiabilidade das conclusões.

Além da abordagem documental, a metodologia considerou o contexto socioeconómico e institucional de Angola, integrando informações sobre desigualdade social, informalidade urbana e capacidade de resposta das instituições de segurança. Esses factores são reconhecidos como determinantes críticos da criminalidade e da percepção de risco, afectando directamente o desenvolvimento turístico sustentável. A análise focou na relação entre incidentes criminais reportados e percepção de segurança, enfatizando a importância de dados confiáveis e da transparência estatística para a formulação de políticas públicas.

Por fim, a metodologia adoptada possibilita uma avaliação holística da segurança turística em Angola, considerando tanto a frequência e natureza dos crimes quanto suas implicações económicas e sociais. A combinação de análise documental, triangulação de fontes e reflexão crítica constitui, portanto, uma base sólida para compreender os desafios e oportunidades do turismo em Angola, alinhando-se às tendências globais de desenvolvimento sustentável e segurança turística.

Os procedimentos de análise envolveram a análise temática dos riscos e tipologias criminais reportadas, a extracção de tendências com base em alertas internacionais e a triangulação cruzada entre dados institucionais, fontes mediáticas e o quadro teórico, permitindo a identificação das vulnerabilidades estruturais que afectam o sector turístico angolano.

Entre as limitações do estudo destacam-se a ausência de estatísticas sistematizadas públicas sobre criminalidade turística em Angola e a dependência de relatórios internacionais, os quais tendem a enfatizar percepções de risco, o que pode gerar vieses na avaliação da magnitude real dos crimes e comprometer a generalização dos resultados.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta secção apresenta e discute as tendências criminais identificadas no sector turístico angolano, analisando-as à luz dos modelos criminológicos e dos factores estruturais de governança abordados no quadro teórico.

3.1. Tendências e Tipologias Criminais: A Convergência Oportunista

Segundo a Teoria das Actividades de Rotina (RAT) de Cohen & Felson (1979), citados em Pelfrey (2007), um crime ocorre quando três elementos convergem no tempo e no espaço: um agressor motivado, um alvo adequado (o turista e seus bens) e a ausência de um guardião capaz (policimento ou segurança privada).

O turista é um alvo atractivo porque:

- É um alvo visível e de alto valor (dinheiro, equipamentos, jóias). Está em locais desconhecidos, tornando-se um alvo fácil, distraído e desorientado. Está isolado de seus guardiões habituais (família, comunidade local, polícia familiarizada).

O deficit de policiamento especializado (Pelfrey, 2007) e o diferencial entre residentes e turistas (George, 2003), onde a ostentação de riqueza é mais notória, intensificam a convergência destes factores, aumentando a oportunidade para delitos oportunistas (Brunt & Hambly, 1999).

Os resultados da análise documental e dos relatórios de risco (U.S. Department of State, 2024; *Foreign Commonwealth & Development Office*, 2024) confirmam que as tipologias criminais mais prevalentes em Angola se enquadram perfeitamente na Teoria das Actividades de Rotina (RAT). Os crimes mais frequentemente reportados são:

1. Crimes Contra o Património: Furtos, assaltos a pedestres e roubo de bolsas em áreas de alta concentração turística, como Luanda, aeroportos e hotéis.
Fraudes e Burlas: Esquemas relacionados com câmbios ilegais, transportes não licenciados e falsas reservas, explorando a desorientação e a falta de conhecimento dos turistas sobre os preços e as regulamentações locais.

A convergência tripartida da RAT é evidente: o agressor motivado pela desigualdade e desemprego (Hanson, 2020), o alvo adequado (o turista com bens visíveis) e a ausência de policiamento especializado (*guardião capaz*) nas zonas de risco. Esta realidade coloca Luanda em linha com outras grandes metrópoles de países em desenvolvimento, onde o "nó de actividade" turístico se torna um "hot spot" criminal devido à clara diferença de *status* económico entre residente e visitante (George, 2003).

3.2. A Perspectiva do Ambiente de Risco: A Teoria do Padrão do Crime

A Teoria do Padrão do Crime (*Crime Pattern Theory* – CPT), desenvolvida por Brantingham & Brantingham (1993), oferece um quadro mais dinâmico para entender a criminalidade em destinos turísticos do que a Teoria das Actividades de Rotina (RAT). Em vez de se focar apenas na convergência oportunista, a CPT explica porque e onde a convergência de agressores,

alvos e ausência de guardiões ocorre de forma previsível no espaço geográfico.

A CPT postula que os criminosos, tal como qualquer pessoa, têm padrões de movimento diários, operando em áreas que lhes são familiares. Estes padrões são estruturados em torno de três conceitos chave:

- Nós (*Nodes*) de Actividade: locais onde as pessoas se concentram e onde a vida quotidiana ocorre (casas, locais de trabalho, centros comerciais). Para o criminoso, os nós são locais familiares onde se sentem confortáveis para procurar vítimas.
- Caminhos (*Paths*): As rotas de trânsito regulares entre os nós.
- Fronteiras (*Edges*): O limite das áreas de conforto do criminoso.

Nos destinos turísticos urbanos, como Luanda, ocorre uma sobreposição crítica destes padrões:

- Nós de Actividade do Turista: coincidem com os "hot spots" de concentração (hotéis de luxo, aeroportos, centros históricos, zonas de lazer e restauração), que são saturados de alvos adequados (turistas).
Nós de Actividade do Criminoso: devido à desigualdade socioeconómica e à informalidade, os nós de actividade dos criminosos (bairros adjacentes ou rotas de transporte) frequentemente intersectam-se ou são adjacentes aos nós turísticos.

Esta intersecção cria uma "área de familiaridade criminosa" nas imediações dos locais turísticos. O criminoso não precisa de se aventurar em territórios desconhecidos, apenas precisa de se deslocar ao longo dos caminhos familiares para interceptar o turista no seu nó de actividade.

A ausência de Policiamento Especializado no trânsito e nos próprios nós turísticos (falta de "guardiões"), permite que os padrões criminais se estabeleçam e persistam sem perturbação. Esta previsibilidade espacial do crime é crucial, pois se os criminosos não sentirem o risco de serem interceptados nessas áreas, o padrão de crime não se desorganiza, mantendo a reputação de insegurança do destino e desincentivando o fluxo turístico internacional. A intervenção eficaz requer, portanto, a interrupção destes padrões espaciais através de policiamento estratégico e visível nas fronteiras e nós de actividade críticos.

3.3. A Persistência do Crime Estrutural: Governança e Transparência

A análise revela que o principal entrave à segurança sustentável reside na criminalidade estrutural e nos problemas de governança, o que agrava a vulnerabilidade do destino:

3.3.1. Infiltração do Crime Organizado

A UNODC (2023) aponta Angola como um ponto nevrálgico de tráfico de pessoas e crime organizado, que se apoia na informalidade do sector de hospitalidade para a exploração laboral. A falta de regulação e fiscalização nos serviços informais cria um ambiente permissivo, que contradiz as obrigações internacionais assumidas por Angola no âmbito da UNTOC (2000).

3.3.2. O Factor Corrupção

A corrupção (Transparency International, 2023) compromete a capacidade estatal de implementar medidas de segurança eficazes. A má fiscalização nos

pontos de entrada (aeroportos) e a vulnerabilidade dos processos de concessão e licenciamento turístico facilitam a operação de redes ilícitas. A falta de transparência e a dificuldade em obter dados estatísticos criminais desagregados sobre incidentes com turistas impedem a medição rigorosa do risco e a alocação eficiente de recursos policiais, comprometendo a adesão à UNCAC (2003).

3.3.3. Comparação Crítica e Implicações para a Competitividade

Regional e globalmente, Angola demonstra uma alta vulnerabilidade estrutural, um risco comum a muitos países africanos.

Quadro comparativo: Angola, África Subsaariana e Europa Ocidental

Característica	Angola	África Subsaariana (Média)	Europa Ocidental
Risco Prevalente	Crime Urbano, Corrupção, Tráfico	Crime Urbano, Corrupção, Conflito	Furtos, Terrorismo (Mitigado)
Factor Determinante	Fragilidade Institucional, Desigualdade	Fragilidade Institucional, Informalidade	Alta Capacidade Estatal
Impacto Reputacional	Alto/Severo	Variável, mas Alto	Baixo (Salvo Incidentes de Terror)

Elaboração própria (2024), baseada na análise e triangulação de fontes: U.S. Department of State (2024), Foreign, Commonwealth & Development Office (2024), UNODC (2020–2024), Transparency International (2023) e Hanson (2020).

Ao contrário de destinos que investiram na segurança especializada (ex. Dubai ou Qatar, conforme FATEF, 2024), ou de países que conseguiram mitigar o crime oportunista (Portugal, Espanha), a ausência de uma Polícia Turística especializada e de estatísticas públicas transparentes coloca Angola em desvantagem competitiva directa. O alto custo de segurança privada e dos seguros, induzido pelo risco, actua como um desincentivo económico para o investimento internacional, demonstrando que a falha em garantir a segurança é, fundamentalmente, uma falha na governança para o desenvolvimento sustentável.

3.3.4. Criminalidade no Sector Turístico: Perspectiva Global e Regional

A segurança turística é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável global (UNWTO, 2023). A nível mundial, a criminalidade (de furtos a crimes transnacionais) influencia escolhas de destino e investimento.

A situação mundial é marcada por quatro eixos: criminalidade urbana, criminalidade organizada, fraudes e ameaças emergentes.

- Criminalidade Urbana e Destinos Turísticos: Furtos, assaltos e crimes oportunistas são comuns em grandes centros turísticos (UNODC, 2023). Cidades com forte desigualdade social apresentam maior probabilidade de criminalidade contra turistas.

Crime Organizado e Turismo: Grupos criminosos organizados exploram o sector através de tráfico de pessoas (UNODC, 2022), lavagem de capitais em hotéis e imobiliário (FATF, 2024), e exploração laboral.

Fraudes e Golpes (Scams): cresceram significativamente pós 2020. Incluem golpes digitais (reservas falsas) e fraudes presenciais (câmbio ilegal). Países com maior informalidade económica (África, América Latina) apresentam maior prevalência.

Ameaças Emergentes: englobam cibercriminalidade (roubo de dados de reservas) e terrorismo, que tem um impacto devastador na imagem do destino (incidentes em Paris, Barcelona).

Quadro dos principais riscos e tendências por região

Região	Principais Riscos	Tendências
Europa	Furtos, terrorismo, golpes de alojamento	Fortes medidas de mitigação; reputação relativamente segura
África	Criminalidade urbana, corrupção, golpes, tráfico	Melhoria gradual, mas vulnerabilidade estrutural alta
América Latina	Assaltos, raptos, crime organizado	Elevada variabilidade entre países
Ásia	Fraudes, exploração laboral, crimes organizados	Alto crescimento turístico, mais riscos associados à informalidade
Oriente Médio	Terrorismo, conflitos regionais	Forte investimento em segurança (EUA VAE, Qatar)

Elaboração própria (2025), com base na análise e triangulação de dados de: U.S. Department of State (2024), Foreign, Commonwealth & Development Office (2024), UNODC (2020–2024), Transparency International (2023), Hanson (2020) e UNWTO (2022; 2023).

A nível mundial, observa-se o crescimento de crimes oportunistas e fraudes, a expansão de redes transnacionais de tráfico e lavagem e o aumento de riscos emergentes (cibercrime, terrorismo).

Tendências Criminais Observadas no Sector Turístico Angolano

Angola reflecte a tendência regional africana de alta vulnerabilidade estrutural, onde os riscos para o turista são exacerbados por fraquezas sistémicas e de governança. As manifestações criminais no sector turístico podem ser categorizadas em três níveis interligados.

Crimes contra o Património e Golpes Oportunistas

Os delitos mais imediatos e frequentes contra os visitantes são os crimes oportunistas que se enquadram na Teoria das Actividades de Rotina (RAT). Relatórios de risco, como o emitido pelo U.S. Department of State (2024), indicam uma incidência relevante de furtos, assaltos a pedestres e roubos de bolsas em zonas urbanas de grande fluxo turístico e em áreas de chegada, como aeroportos e hotéis. Paralelamente, os golpes, burlas e fraudes representam um risco constante. Estes esquemas recorrentes exploram a desorientação do turista, manifestando-se em fraudes nos transportes, câmbio ilegal (onde o turista é vulnerável a receber notas falsas ou a taxas desfavoráveis) e fraudes em alojamento. Tais incidentes, embora de baixa gravidade individual, são cruciais porque corroem rapidamente a confiança do visitante e danificam a reputação do destino.

Criminalidade Organizada e Estrutural

A ameaça mais profunda à segurança sustentável do turismo provém da criminalidade organizada e da corrupção, que se alimentam das fragilidades institucionais. A United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC, 2023) aponta Angola como país de

origem, trânsito e destino no tráfico de pessoas, um fenómeno que frequentemente se sobrepõe ao sector informal da hotelaria e entretenimento. Este crime estrutural, facilitado pela ausência de fiscalização e regulação adequadas, compromete a integridade de partes da cadeia de valor do turismo. Adicionalmente, a corrupção e a fraca fiscalização (Transparency International, 2023) afectam directamente os serviços essenciais à segurança turística, como o controlo fronteiriço, a segurança aeroportuária e a fiscalização de transportes, permitindo a operação de redes ilícitas.

Desafio da Transparência Estatística

Um factor que impede a avaliação e o planeamento eficaz das políticas de segurança é a ausência de dados estatísticos oficiais consistentes e públicos sobre a criminalidade turística. A inexistência de bases de dados desagregadas — que detalhem incidentes por tipo, localização e estatuto da vítima (turista vs. residente) — limita severamente a capacidade do Governo de Angola em diagnosticar a extensão real do problema. Consequentemente, o planeamento de medidas de segurança, a alocação de recursos policiais (incluindo a eventual criação de uma Polícia Turística) e a avaliação do sucesso das intervenções são baseados em percepções e relatórios externos (U.S. Department of State, 2024), e não em dados empíricos nacionais. Esta falta de transparência estatística agrava a percepção de risco e dificulta a obtenção de cooperação internacional focada e eficaz.

Factores Estruturais da Vulnerabilidade

O turismo em Angola enfrenta uma série de factores estruturais que aumentam significativamente a vulnerabilidade do sector à criminalidade e comprometem o seu desenvolvimento sustentável. Estes factores estão inter-relacionados, formando um ciclo vicioso de insegurança, no qual a desigualdade socioeconómica, a informalidade urbana, o desemprego juvenil, a corrupção e a ausência de dados confiáveis actuam de forma cumulativa, reforçando o risco para turistas e operadores do sector.

Desigualdade socioeconómica

3.4. Factores Estruturais: Desigualdade, Informalidade e Governança

A criminalidade nos países em desenvolvimento, como Angola, não pode ser entendida apenas pela óptica do crime oportunista; ela está profundamente enraizada em factores estruturais e problemas de governança.

Desigualdade Socioeconómica e Informalidade

A desigualdade socioeconómica e o desemprego estrutural potencializam a motivação do agressor (Hanson, 2020). Em Angola, altos índices de

informalidade urbana e de exploração laboral (INE, 2022) fornecem uma base operacional para redes de crime. A informalidade nos sectores de câmbio, transporte e alojamento não só aumenta a vulnerabilidade do turista a fraudes e burlas, como também facilita o desenvolvimento de actividades criminosas complexas, como a lavagem de capitais (FATF, 2024) e o tráfico de pessoas (UNODC, 2021), que se infiltram na infra-estrutura turística.

Corrupção e Fragilidade da Capacidade Estatal

O Índice de Percepção da Corrupção (CPI) de Angola, divulgado pela *Transparency International* em 2025, aponta uma pontuação de 33/100, reflectindo níveis elevados de corrupção sistémica. Este factor enfraquece os guardiões estatais, incluindo forças de segurança, serviços de imigração e autoridades locais, comprometendo a fiscalização em aeroportos, fronteiras e pontos turísticos estratégicos. Casos recorrentes de suborno em aeroportos e concessão irregular de licenças turísticas ilustram como a corrupção amplia o risco percebido pelos turistas e mina a confiança no sector.

A corrupção enfraquece a capacidade do Estado de exercer as suas funções de guardião:

- Compromete a fiscalização em aduanas, aeroportos e transportes. Desvia recursos que deveriam ser alocados à segurança e policiamento especializados. Facilita a impunidade de grupos de crime organizado, que conseguem operar sem grandes obstáculos legais.

O quadro normativo internacional, como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC, 2003) e a Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC, 2000), sublinha a responsabilidade do Estado angolano em fortalecer as suas instituições para mitigar estas ameaças que, em última análise, tornam o ambiente menos seguro para o investimento e para o turismo sustentável.

Factores Socioeconómicos e Governança

Estudos em contextos africanos demonstram que desigualdade, informalidade e fragilidade institucional têm impacto directo na criminalidade urbana (Hanson, 2020; UNODC, 2021). A ausência de regulação em sectores como hospitalidade e transporte aumenta a exposição de visitantes a fraudes. Angola enfrenta desafios persistentes de corrupção (Transparency International, 2023), comprometendo a segurança em aeroportos e serviços públicos.

A desigualdade em Angola permanece elevada, com um coeficiente de Gini estimado em 59% (INE, 2022). Esta disparidade cria um ambiente propício para crimes oportunistas, uma vez que indivíduos em situação de vulnerabilidade económica podem recorrer

a furtos e pequenos assaltos como meio de subsistência. Zonas de alta concentração de turistas, como bairros centrais de Luanda e hotéis de luxo, tornam-se alvos privilegiados, elevando a percepção de risco entre visitantes e investidores internacionais. A relação entre desigualdade e criminalidade está bem documentada na literatura criminológica, destacando que contextos com maior disparidade tendem a apresentar taxas mais elevadas de crimes contra o património (Cohen & Felson, 1979; UNODC, 2024).

Informalidade urbana

Estima-se que cerca de 60% da economia urbana em Angola opera na informalidade, facilitando práticas ilícitas, desde fraudes financeiras até tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro (INE, 2022; UNODC, 2024). A economia informal também dificulta a fiscalização efectiva, permitindo a proliferação de cambistas ilegais na Marginal de Luanda e transportes turísticos não licenciados. A falta de regulação e controlo contribui para a insegurança turística, já que turistas estão expostos a esquemas fraudulentos e potenciais assaltos em zonas de tráfego intenso.

Desemprego juvenil

O desemprego entre jovens atinge aproximadamente 40% (INE, 2022), ampliando o pool de agressores motivados previsto pela Teoria das Actividades de Rotina (Cohen & Felson, 1979). Jovens sem oportunidades de emprego formal podem recorrer a assaltos e pequenos furtos, especialmente em áreas turísticas com alto fluxo de visitantes, como aeroportos e áreas de lazer em Luanda. Este factor evidencia a necessidade de políticas públicas direccionadas à inserção laboral juvenil, não apenas para redução da criminalidade, mas também como estratégia de fortalecimento da economia local.

Falta de dados confiáveis

A ausência de estatísticas desagregadas sobre criminalidade turística impede o planeamento estratégico e a formulação de políticas eficazes. Relatórios nacionais sobre segurança carecem de detalhamento por tipo de crime, local ou perfil das vítimas, forçando a dependência de dados internacionais, como os reportes da UNODC (2024) e alertas de viagem do Departamento de Estado dos EUA e do FCDO (2025). Esta lacuna informacional limita a capacidade de análise de risco, monitoramento e avaliação de impacto de intervenções no sector turístico.

Ciclo vicioso da insegurança

Estes factores estruturais interagem em um ciclo vicioso: a insegurança elevada reduz a chegada de turistas, diminui a receita do sector, exacerba a desigualdade socioeconómica e aumenta a incidência de crimes oportunistas.

Este ciclo evidencia que a vulnerabilidade turística não é apenas uma consequência de falhas operacionais, mas um fenómeno estrutural, demandando políticas integradas de segurança, governança e desenvolvimento socioeconómico.

A compreensão desses factores é crucial para a elaboração de estratégias preventivas e correctivas, incluindo a criação de Polícia Turística especializada, programas de capacitação de jovens e políticas de transparência e anticorrupção.

Sem abordagens multinível e sustentadas por dados confiáveis, os riscos estruturais continuarão a limitar o crescimento do turismo em Angola, comprometendo seu potencial de contribuição para o desenvolvimento sustentável do país.

Impactos e Recomendações

A criminalidade no sector turístico de Angola gera consequências sistémicas e severas que transcendem o incidente individual. O impacto mais imediato é a redução da procura internacional, uma vez que os alertas de segurança emitidos por governos estrangeiros (U.S. Department of State, 2025; Foreign, Commonwealth & Development Office, 2025) levam potenciais visitantes a optar por destinos percebidos como mais seguros.

Paralelamente, o risco elevado traduz-se no aumento dos custos operacionais para as empresas, que precisam investir em seguros mais caros e em segurança privada robusta, encarecendo o produto turístico angolano. A longo prazo, a insegurança provoca danos reputacionais prolongados no mercado internacional, que são difíceis e onerosos de reverter. Por fim, a redução do fluxo turístico e do investimento limita o desenvolvimento económico e a criação de empregos, resultando na redução do benefício económico para as comunidades locais, perpetuando o ciclo da desigualdade que alimenta o crime.

Quadro Comparativa dos Riscos e Crescimento do Turismo

Característica	Angola	África Subsaariana	Dubai (Caso Sucesso)	Ruanda
Risco Prevalente	Crime urbano, corrupção (CPI 33), tráfico (+31% crianças)	Similar, conflitos	Furtos mitigados	Baixo
Polícia Turística	Ausente	Rara	Sim (desde 2008)	Sim (2015)
Crescimento Turismo	Estagnado	+3%	+12%	+15%
Impacto	Alto	Variável	Baixo	Baixo

Elaboração Própria (2024), com base em dados de World Tourism Organization (OMT), Transparency International (CPI 33 - 202X) e Relatório Anual do Ministério da Hotelaria e Turismo de Angola.

O quadro compara contextos turísticos distintos, destacando factores de risco, presença de policiamento especializado, crescimento turístico e impactos associados.

Risco Prevalente: Angola apresenta riscos significativos ligados ao crime urbano, corrupção sistémica e tráfico de pessoas, com destaque para o aumento de 31% de crianças vítimas de tráfico na África (UNODC, 2024; Transparency International CPI, 2025). Estes factores estruturais comprometem a confiança de turistas e investidores. A África Subsaariana compartilha riscos similares, acrescidos de conflitos locais, embora de intensidade variável. Em contraste, Dubai demonstra um cenário de furtos mitigados, fruto de políticas de segurança urbana rigorosas, enquanto Ruanda apresenta riscos baixos, reflectindo estabilidade institucional e governança eficaz.

Polícia Turística: A ausência de uma polícia turística especializada em Angola é um factor crítico, reforçando a vulnerabilidade de turistas e pontos de interesse. Na África Subsaariana, a presença é rara e limitada a iniciativas pontuais, enquanto Dubai implementou uma força especializada desde 2008, e Ruanda desde 2015, contribuindo para a mitigação de riscos e melhoria da experiência turística.

Crescimento Turístico: O sector em Angola encontra-se estagnado, contrastando com o crescimento moderado da África Subsaariana (+3%) e o desempenho robusto de Dubai (+12%) e Ruanda (+15%), segundo dados da UNWTO (2025). O baixo crescimento angolano reflecte a influência combinada de criminalidade elevada, governança fraca e percepção de risco internacional elevada, evidenciada nos *travel advisories* dos EUA (2025) e do FCDO (2025).

Impacto: O impacto do risco em Angola é classificado como alto, devido à combinação de factores estruturais e operacionais, enquanto na África Subsaariana varia conforme o contexto regional. Dubai e Ruanda, com policiamento especializado e governança mais sólida, apresentam impactos baixos, reforçando a relação entre gestão da segurança e crescimento sustentável do turismo.

O contraste evidencia que a segurança turística, a presença de policiamento especializado e políticas anticorrupção eficazes são determinantes para o crescimento sustentável do turismo. Angola, apesar de seu potencial natural e cultural, permanece vulnerável sem intervenções integradas.

Respostas Institucionais Recentes

O Governo de Angola tem demonstrado o reconhecimento da necessidade de enfrentar os desafios estruturais que afectam a segurança. Uma resposta institucional chave é o lançamento da Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da Corrupção (2024–2027). Esta estratégia, alinhada com os requisitos da UNCAC (2003), visa fortalecer a fiscalização e a transparência, factores essenciais para mitigar o crime organizado e a fragilidade institucional que afecta os serviços turísticos. Adicionalmente, o Governo tem procurado activamente a cooperação com organismos internacionais, como a UNODC, no reforço de capacidades policiais e no combate a crimes transnacionais como o tráfico de pessoas. Contudo, a eficácia destas medidas dependerá da sua implementação consistente e da sua extensão específica ao sector turístico.

Quadro de Recomendações Operacionais

Âmbito	Medida Chave
Governo	Criação de Polícia Turística treinada para atendimento ao visitante; Publicação anual de estatísticas criminais desagregadas por zona turística para monitorização fiável; Reforço de mecanismos anticorrupção e fiscalização em transportes, aeroportos e concessões.
Sector Privado	Implementação de protocolos de segurança padronizados para prevenção de fraudes e gestão de incidentes; Formação contínua do pessoal em prevenção de furtos e golpes; Utilização de sistemas de transporte privado seguro e certificado para hóspedes.
Cooperação	Promoção de projectos de assistência técnica internacional (e.g., com a UNODC) para capacitação policial e combate ao crime organizado.

Elaboração Própria (2024), com base em dados do Ministério da Cultura e Turismo. (2024). Plano Nacional de Fomento ao Turismo (PLANATUR) 2024–2027.

CONCLUSÃO

A criminalidade representa, inequivocamente, o obstáculo mais significativo ao desenvolvimento pleno e sustentável do sector turístico em Angola. O estudo demonstrou que o risco não se limita a furtos oportunistas, mas está profundamente enraizado em factores estruturais como a desigualdade socioeconómica, a informalidade e, sobretudo, a fragilidade da governança (corrupção e falta de dados estatísticos). Esta combinação de vulnerabilidades posiciona Angola em desvantagem competitiva face a padrões globais, resultando em severos danos reputacionais e na redução da procura internacional.

Contudo, este desafio não é intransponível. A superação da insegurança exige uma intervenção integrada e multinível. As políticas públicas devem ser focadas na mitigação dos factores estruturais, implicando a concretização da luta anticorrupção, (Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da

Corrupção 2024–2027), a criação urgente de uma Polícia Turística especializada e a garantia da transparência estatística para medir e orientar o policiamento de forma estratégica. No plano do sector privado, a adopção de protocolos de segurança padronizados e o investimento em formação de pessoal são essenciais para transformar a percepção de risco em confiança operacional.

Em última análise, o investimento em segurança turística, aliado à capacitação institucional e ao cumprimento dos quadros jurídicos internacionais (UNTOC e UNCAC), não é apenas uma despesa de defesa, mas sim um investimento estratégico que pode reverter o défice de reputação e atrair fluxos de investimento mais seguros e sustentáveis. A transformação de Angola num destino competitivo e seguro requer, acima de tudo, uma coordenação sustentada entre ministérios, autoridades locais e operadores turísticos, reconhecendo a segurança como um bem público fundamental para o futuro económico do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brantingham, P. L., & Brantingham, P. J. (1993). *Environment, routine and situation: Toward a pattern theory of crime*. In R. V. Clarke & M. Felson (Eds.), *Routine activity and rational choice* (Advances in Criminological Theory, Vol. 5). Transaction Publishers.
- Brunt, P., & Hambly, Z. (1999). Tourism and crime: A preliminary assessment of the relationship between tourism and crime in the UK. *Tourism Management*, 20(5), 563–571. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(99\)00025-9](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(99)00025-9)
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588–608. <https://doi.org/10.2307/2094589>
- FATF. (2024). *Money laundering and the real estate sector*. Financial Action Task Force. <https://www.fatf-gafi.org>
- Foreign, Commonwealth & Development Office. (2024). *Angola travel advice*. UK Government. <https://www.gov.uk/foreign-travel-advice/angola>
- Foreign, Commonwealth & Development Office. (2025). *Travel advice: Angola*. UK Government. <https://www.gov.uk/foreign-travel-advice/angola>
- George, R. (2003). Tourist's perceptions of safety and security while visiting Cape Town. *Tourism Management*, 24(5), 575–585. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(03\)00003-7](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(03)00003-7)
- Hanson, K. T. (2020). Crime and inequality in African cities. *African Affairs*, 119(474), 175–197. <https://doi.org/10.1093/afraf/adz023>
- Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Indicadores sociais de Angola 2022*. INE.
- Ministério da Cultura e Turismo. (2023). *Plano estratégico de desenvolvimento do turismo 2023–2027*. Governo de Angola.
- Pelfrey, W. V. (2007). Tourism and crime: A criminological perspective. *Journal of Criminal Justice*, 35(1), 81–92. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2006.11.008>
- Transparency International. (2023). *Corruption perceptions index 2023*. Transparency International. <https://www.transparency.org/en/cpi/2023>
- Transparency International. (2025). *Corruption perceptions index 2024*. Transparency International. <https://www.transparency.org/en/cpi/2024>

- U.S. Department of State. (2024). *Angola travel advisory*. Bureau of Consular Affairs. <https://travel.state.gov>
- U.S. Department of State. (2025). *Angola travel advisory*. Bureau of Consular Affairs. <https://travel.state.gov>
- United Nations. (2000). *United Nations Convention against Transnational Organized Crime*. UNODC. <https://www.unodc.org>
- United Nations. (2003). *United Nations Convention against Corruption*. UNCAC. <https://www.unodc.org>
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2020–2024). *Global reports on trafficking in persons* (several editions). UNODC.
- United Nations Office on Drugs and Crime. (2024). *Global report on trafficking in persons 2024*. UNODC. <https://www.unodc.org>
- World Tourism Organization. (2022). *Tourism and safety: Global guidelines*. UNWTO. <https://www.unwto.org>
- World Tourism Organization. (2023). *Crime and tourism risk alert*. UNWTO. <https://www.unwto.org>
- World Tourism Organization. (2025). *World tourism barometer 2025*. UNWTO.

AmeliCA

Disponível em:

<https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/860/8605530007/8605530007.pdf>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em portal.amelica.org

AmeliCA

Ciência Aberta para o Bem Comum

Juan Rubén Herrera Masó, Irene Garbey Monier
Criminalidade no Sector Turístico de Angola: Tendências, Factores Explicativos e Desafios para a Segurança Sustentável

Criminality in the Angolan Tourism Sector: Trends, Explanatory Factors and Challenges for Sustainable Security

Criminalidad en el Sector Turístico de Angola: Tendencias, Factores Explicativos y Desafíos para la Seguridad Sostenible

FARMHOUSE Ciência & Tecnologia

vol. 4, núm. 7, p. 1 - 20, 2025

Instituto Superior Politécnico de Ciência e Tecnologia,
Angola

revista@insutec.ao

ISSN-E: 2959-3409

A FARMHOUSE Ciência & Tecnologia concorda e adere às diretrizes do Comitê de Ética em Publicações (COPE). <https://publicationethics.org/> em relação aos critérios de aceitação, avaliação e publicação de contribuições.



CC BY-NC-ND 4.0 LEGAL CODE

Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Não Derivada 4.0 Internacional.